

## **1. Apresentação**

Esta pesquisa visa analisar e relacionar teoricamente os conceitos “território” e “identidade” sob uma perspectiva político-geográfica, ou seja, a partir da análise da ação do poder, como por exemplo, o Estado, em um determinado espaço. A obra “Por uma Geografia do Poder”, de Claude Raffestin, será utilizada como base principal desta pesquisa, pois, ainda que ela não abarque todo o conteúdo necessário para esta investigação ela aponta caminhos e respostas, através de referencias bibliográficas.

Ressaltamos que esta pesquisa ainda não está concluída, logo, os resultados aqui apresentados não se mostram completamente satisfatórios a esta autora. Logo, o intento deste trabalho é apresentar os resultados parciais alcançados, lembrando sempre que muito há de se acrescentado a este trabalho de pesquisa, ou ao menos assim esperamos.

## **2. Justificativa**

É possível encontrar hoje uma bibliografia considerável contendo objetivos parecidos com o pretendido por esta pesquisa, contudo, tais obras apresentam, na sua maioria, o viés da Geografia Cultural, que tem em Rogério Haesbaert uma de suas maiores expressões. Tal visão afirma que o território é um produto da apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço e que a história vivida por uma comunidade imprime no território a identidade do grupo social ali residente. Cremos que esta é uma visão possível e legítima, mas não a adotaremos para esta pesquisa.

Em sua obra “Nações e Nacionalismo”, Eric Hobsbawm analisa o conceito de nacionalismo e apresenta diversos exemplos ocorridos durante a formação de diferentes nações. Para este autor o nacionalismo, que é um tipo de identificação com o território, é implantado na população pelo poder regente por diversos motivos, basicamente através de uma ação propagandística, logo, temos um conflito com a visão culturalista, que tem a identidade territorial como um fator natural que inclusive gera um território, ao contrario do que pensa Hobsbawm, que apresenta diversos exemplos nos quais o território e o Estado foram criados antes que o povo se enxergasse enquanto pertencente e subjugado a eles.

Utilizando-se dessa visão política apontada não só por Hobsbawm como por outros autores de um viés mais político, justamente por tratar-se a obra eixo dessa pesquisa de um trabalho político-geográfico, e com o auxílio de outros autores apontados por Raffestin, será realizada uma análise relacionando os conceitos de identidade e território com base na bibliografia consultada. Os conceitos que se mostrarem necessários a nossa análise e não apresentarem indicação bibliográfica na obra eixo terão definições escolhidas por esta autora que seguirá o critério de selecionar visões as mais condizentes possíveis com a obra eixo e com o raciocínio construído.

### **3. Referencial teórico-metodológico**

O intento de relacionar dois conceitos distintos e tão vastos com certeza pede grande tempo e dedicação. A obra “Por uma Geografia do poder” foi escolhida como recorte para esta pesquisa em específico. O conceito de território é amplamente abordado neste livro, portanto não há necessidade de buscar outros autores e visões neste caso. Já o conceito de identidade é mencionado, mas não explicado, até porque não está no foco da obra, contudo, caminhos são apontados pelo autor através de referências bibliográficas. Além do mais, o conceito de identidade é tão largamente utilizado que chega a fazer parte do senso comum, provavelmente por isso dispensando maiores explicações na opinião do autor. Contudo, tivemos de buscar alguma análise a respeito desse conceito, pois ele é um dos pilares desta pesquisa, logo, tivemos de recorrer a autores da Psicologia, primeira ciência que se debruçou seriamente sobre este conceito.

Para realizar a análise político-geográfica pretendida por esta pesquisa serão utilizadas obras de autores, geógrafos ou não, que abordem, de alguma forma, o tema, ainda que não completa ou diretamente, relacionando os conceitos por eles apresentados, que devem ser concordantes, ou ao menos não contraditórios, com o que é apresentado na obra “Por uma Geografia do Poder”. Procuramos utilizar os autores referenciados por Raffestin, contudo durante a nossa análise tivemos de fazer uso de outros conceitos que apareceram durante a construção do raciocínio. Como já mencionado, os autores selecionados para tais conceitos foram escolhidos por esta autora,

contudo, buscando visões que se adequassem a utilizada na obra principal a qual analisamos e também a este trabalho.

Tal análise será feita com base na problemática relacional (RAFFESTIN, 1993), que atua como uma “participação crítica” e não apenas como testemunha dos fatos.

A existência é tecida por relações, é um vasto complexo relacional, e nisso esta a problemática é bem diferente da chamada morfofuncional. Esta exige uma geografia triangular – querer ver, saber ver, poder ver -, enquanto a outra é fundamentada por um triângulo – querer existir, saber existir, poder existir. Isso corresponde a outras interrogações e outras inquietações sociais que, num outro enfoque, se inscrevem num contexto que não é o da testemunha, mas sim o da “participação crítica”. Assim, trata-se de um projeto diferente daquele que foi instituído no fim do século passado pela geografia política clássica.

(Raffestin, 1993:31)

A problemática relacional afirma que as relações bilaterais são meras abstrações, que a realidade é muito mais complexa e não apresenta apenas dois elementos se relacionando, isso se mostra interessante a esta pesquisa, pois, ela propõe relacionar dois conceitos diferentes e para entender a relação entre eles é necessário abranger ainda mais elementos.

#### **4. Território**

Acerca do conceito de território, Claude Raffestin volta-se atenciosamente em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, salientando sua importância vital para a Ciência Geográfica e apresentando uma definição que, junto com toda a obra, constituiu-se como uma revolução teórica no campo da Geografia Política, e que por isso é considerado um clássico.

O autor começa diferenciando espaço de território sendo o primeiro anterior e a partir do qual o segundo se forma. O autor afirma:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente

(por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si.

(Raffestin, 1993:143-4)

O conceito de poder aparece nessa passagem enquanto agente apropriador do espaço, não necessariamente como um indivíduo, mas como uma regência que divide o espaço em territórios. O ator apropria-se do território delimitando um determinado espaço onde um determinado poder irá atuar.

Ao assumir que o território é delimitado por um ator Raffestin afirma que este o faz através de uma “axiomática euclidiana em termos de relação de poder”. Isso se traduz inicialmente numa perspectiva geométrica, no que diz respeito à própria forma que o território toma, pelas intenções que moveram a constituição do território, levadas a cabo pelo ator que apropria o espaço. Mais adiante ele revela que essa ação não se restringe pura e simplesmente ao campo da Geometria:

É simples: desde que o jogo estrutural funcione, a ação coordenada, bem preparada sobre o plano, não pode ter o caráter sistemático da geometria, pois intervêm então os dados reais do contexto espaço temporal. Isso significa que se passa de uma axiomática pura para uma axiomática comandada pelo caráter probabilista e necessariamente descontínuo da ação.

(Raffestin, 1993:143)

Ainda diferenciando espaço e território Raffestin coloca mais explicitamente que o segundo nada mais é do que o primeiro apropriado por um ator, o território se apóia no espaço, mas não é ele, e é muitas vezes na forma de representação (cartográfica) que a sua apropriação acontece, como apresentado na passagem anterior. Segundo Raffestin:

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de

um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

(Raffestin, 1993:144)

Não se trata pois do 'espaço', mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.

(Raffestin, 1993:147)

Ao assumir que o território é definido por um ator, por alguém, dotado de interesses e intenções, Raffestin necessariamente relaciona esse conceito com o de ideologia, pois, nada influencia mais as intenções e interesses de alguém do que a visão de mundo que esse indivíduo possui e isso se reflete nas intenções que este tem para com aquele espaço apropriado.

## **5. Ideologia**

A bibliografia a respeito desse tema é muito vasta, existem diversas definições para esse conceito e Raffestin não aponta uma visão dentre as referências presentes no livro, logo, mais de uma visão cabível ao tema foi escolhida e a partir dela continuamos o raciocínio.

Unimos algumas visões que possuem focos diversos, pois achamos proveitoso utilizar mais de um autor. Sobre o conceito, em si, trata-se de um:

conjunto difuso de valores, crenças ou idéias de qualquer tipo que se associam a determinada configuração de condições sociais gerais e que vem a constituir, em última análise, a visão do mundo das pessoas.

(Reis, 2000:281)

Vale aqui adicionar também a definição de Castells segundo a qual:

Toda ideologia consiste numa racionalização de certos interesses, e possui pretensões generalizantes, contudo, sua força está no fato da ideologia constituir-se num código por meio do qual a comunicação entre indivíduos

se torna possível. Essa comunicação se dá por meio do reconhecimento entre os indivíduos, reconhecimento de um mesmo código.

(CASTELLS, 2000 apud SOUZA; PEDON, 2007)

Portanto destas duas definições tiramos que a ideologia se constitui de um código, ou uma visão de mundo, e esta torna possível a comunicação entre indivíduos, que acontece por meio de um reconhecimento de um mesmo código, ou seja, uma identificação.

### **5.1 Sistema de crenças**

Philip E. Converse define sistema de crenças como “uma configuração de idéias e atitudes cujos elementos interligam-se por uma espécie de coação ou interdependência funcional”. A visão de mundo das pessoas é composta por um conjunto de opiniões que se interliga de maneira lógica. Essa interligação é fruto de um exercício de raciocínio, é o “pensar sobre”, que conecta uma ampla variedade de elementos dentro de um sistema de crenças, a coação, ou “adesão” nesse caso é lógica.

Contudo esse exercício não é realizado por todas as pessoas, pois ele demanda uma carga de conhecimento e um grau de instrução aos quais a maioria da população não tem acesso, logo, fica por conta de uma elite realizar esse exercício criativo e transferir para o resto da população o sistema de crenças na forma de “pacotes” que são consumidos como conjuntos naturais, através de coação psicológica.

Como é muito mais fácil apreender informações simples e diretas, que se difundem mais rapidamente, do que aquelas que exigem certo grau de “conhecimento contextual” a população vai associando os componentes do “pacote” de sistema de crenças de maneira desconexa sem realizar o exercício de raciocínio, logo, as pessoas não compreendem as relações dentro da sua própria visão de mundo sobre diferentes assuntos. E essa desconexão aumenta à medida que diminui o grau de instrução do indivíduo havendo, logo no início dessa descida, uma disparidade gritante entre a primeira camada, que é a elite, e a imediatamente inferior a ela.

O famoso historiador Eric Hobsbawm apresenta em sua obra “Nações e Nacionalismo” uma visão política de consciência nacional que muito tem a acrescentar a esta pesquisa. Segundo o autor, o Estado faz uso de “ideologias

oficiais” que não condizem com o que está na cabeça dos seus seguidores, no caso, o povo. Ou seja, tais ideologias são criações, elas não partem do povo. Cabe ao Estado implantar tais idéias no imaginário da população e fazê-las parecer naturais, como se elas fossem mesmo uma “entidade” que surge naturalmente a partir da criação da nação.

As ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está na mente de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles.

(Hobsbawm, 1998:20)

A idéia de nacionalismo enquanto criação é conhecida no meio acadêmico, mas para a maioria da população pode, inclusive, trazer espanto. Justamente pelo fato de a identificação com o local ser “sentida”, como coloca Hobsbawm, o indivíduo parte do princípio de que ela é natural, entendendo-se aqui como não criada, e imanente do ser humano, já que todo ser habita um local e integra uma nação, por mais distinta que essa possa ser.

O sucesso na implantação das ideologias oficiais de Estados se mede pela naturalidade com que ela é encarada por sua população, com o espanto que a idéia de criação pode trazer a um cidadão mediano, de média a baixa escolaridade.

Com isso voltamos a idéia de Converse, pois, a ideologia é criada por uma elite intelectual, no caso o Estado, e difundida ao resto da população que não realiza o exercício de “pensar sobre”, somente, neste caso, o de “sentir”.

A obra “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson trata justamente desse tema, o nacionalismo enquanto criação, uma coisa imaginada. Contudo, o autor faz questão de frisar que não há uma conotação ruim no termo imaginada, pois, qualquer comunidade que seja maior do que algumas vilas com contato direto é imaginada, no sentido que as fronteiras existem no plano imagético e não no território, efetivamente. Cabe aqui a colocar a citação de Ernest Gellner que Anderson faz logo na introdução do livro:

Nationalism is not the awakening of nations to self-consciousness: it invents nations where they do not exist.

(GELLNER, 1964 apud ANDERSON, 1983:6)

A idéia de nacionalismo inventando nações mostra a função de ferramenta que a ideologia toma na construção de uma nação. Ao se delimitar suas fronteiras, a extensão do seu território, há que se fazê-lo no plano imaginário, intento difícil já que se trata do imaginário de muitas pessoas. Eis o papel fundamental da identidade na construção de um território.

## **6. Identidade**

O conceito de identidade tem presença marcada no senso comum, pois a necessidade de identificação é, e sempre foi, uma constante na vida dos seres humanos. As pessoas querem ou precisam se identificar várias vezes e de várias formas durante sua vida, contudo, talvez porque ele é largamente usado, as pessoas o fazem muitas vezes de maneira errônea, pois, não existe um exercício de raciocínio sobre o que é a identidade por parte da maioria dos indivíduos, eles apenas se identificam pelos mais variados motivos.

Grandes contribuições foram feitas pela Psicologia, contudo, várias áreas do saber têm ou tiveram a análise da identidade como alvo. Entender a identidade requer uma análise do indivíduo e da sociedade, afinal de contas por mais que alguns afirmem, as pessoas não se identificam para si, o exercício de identificar características próprias passa por uma comparação com características de outros indivíduos, requer o reconhecimento do “eu” e do “outro”.

Freud, este conhecido autor da psicanálise, muito produziu sobre a questão da identidade. Antes de suas teorias sobre o inconsciente a humanidade vivia o narcisismo do “Penso, logo existo”, ou seja, Freud atribui um novo epicentro para os fenômenos, e ele não é de fácil acesso. Esse inconsciente iria se constituir a base da psicanálise. Tal ramo da ciência parece apropriado à investigação da questão da identidade, já que tem no indivíduo e no seu inconsciente o foco de sua análise.

Em sua obra, Freud elaborou um axioma metapsicológico segundo o qual o homem estabelece uma “in-diferenciação” com o mundo externo. Segundo esse autor, o ser humano vive uma situação confortável quando não existe a confrontação com o mundo exterior e o reconhecimento no 'em si' de objetos



estrangeiros. Esses causam uma excitação e desconforto no indivíduo trazida por essa interação demandada pelas necessidades vitais.

Logo, os primeiros estudos sobre a identificação, notadamente realizados pela Psicologia, partem do reconhecimento de si no outro, gerado pela interação inevitável entre os indivíduos. Freud afirma que a vida do homem é possibilitada pela renúncia ao narcisismo e a entrada no mundo do limite, castração e morte.

### **6.1 A identidade sob uma perspectiva psicossocial**

A “teoria da identidade social” criada em 1978 por Turner e Brown, defendia que a categorização social das pessoas em grupos distintos gerava comportamentos intergrupais em que os indivíduos favoreciam os membros do *ingroup* em detrimento dos *outgroup*. Tal comportamento criaria uma identidade social, parte do próprio conhecimento que as pessoas tem de si mesmas baseado no sentimento de pertencer a um grupo. A categorização social do grupo seria tão ligada a identificação social do indivíduo que esse tinha uma motivação para identificar-se, tentando reforçar a superioridade e exclusividade do seu grupo. A comparação social em busca da diferenciação intergrupar reforçaria positivamente essa identidade ou “auto-estima coletiva”.

As atitudes e ações intergrupais dependiam da interação entre a necessidade de uma identidade social e a compreensão da estrutura social por parte dos membros do grupo. As estratégias do grupo de alcançar uma identidade social ocorrem em função do seu status, suas crenças sobre a natureza das fronteiras do grupo, da intensidade da identificação entre seus membros e das suas ideologias coletivas e crenças, estabelecidas sobre o sistema social e sobre as diferenças intergrupais de estatuto, poder e riqueza.

### **6.2. A expressão territorial da identidade coletiva**

Toda a população do planeta está dividida em grupos, logo todo ser no mundo tem uma identidade, é dotado de uma auto-identificação que fornece um referencial que o qualifica numa comunidade de interesses (Moraes, 1991). Levando-se em consideração que todos os seres humanos habitam a superfície da terra, se eles se dividem em grupos, tais grupos têm uma localização no espaço, uma expressão territorial.

Ainda que a identidade de um indivíduo possa não ter o território como um de seus fatores de formação ele está presente, ao menos, como fator localização de um grupo. Porém, se a identidade coletiva nasce do reconhecimento de características mútuas entre os seres, para esse reconhecimento acontecer é necessário um contato e esse se dá da forma mais plena com a convivência, pois essa possibilita que os indivíduos criem vínculos, do tipo mais primitivo, segundo Lewis Mumford. Logo, ainda que a característica que os indivíduos enxerguem uns nos outros não seja o território, ele está sempre presente nessa relação, mesmo que esse território nem exista a priori.

## **7. Territorialidade**

Claude Raffestin, em sua obra “Por uma Geografia do Poder”, define o conceito de territorialidade como sendo de um valor particular. Ele expressa a “multidimensionalidade do 'vivido' territorial” pelos indivíduos que ocupam um determinado território, ela é não só uma, mas:

um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (...) Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e informação. (...) A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas simétricas ou dissimétricas com a exterioridade.

(Raffestin, 1993:160-1)

É possível inferir disso que a territorialidade nada mais é do que um conjunto de relações que tem o território e seus habitantes como elementos envolvidos. Ela se estabelece o tempo todo conforme a produção do espaço ocorre e se apresenta nos mais variados tipos.

Edward W. Soja, autor citado por Raffestin, escreveu “The political organization of space” em 1971, e esta obra apresenta uma definição densa e bem construída de territorialidade ao longo de toda o livro que é relativamente curto, porém riquíssimo:

Territoriality is a behavioural phenomenon associated with the organization of space into spheres of influence or clearly demarcated territories which are made distinctive and considered at least partially exclusive by their occupants or definers. Its almost obvious geographical manifestation is an identifiable patterning of spatial relationships resulting in the confinement of certain activities in particular areas and the exclusion of certain categories of individuals from the space of the territorial individual or group.

(SOJA, 1971:19)

Soja ainda afirma que a organização territorial do espaço ajuda a expressar e manter a integridade do grupo. Para o autor, territorialidade é composta por três elementos: Senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. Essas três categorias apresentam fácil relação, visto que a identidade espacial tem dentro os seus fatores de formação o senso de exclusividade e a interação humana no espaço.

Voltando a idéia de Hobsbawm, segundo a qual a identidade é uma criação do Estado, é possível enxergar aqui uma de suas utilidades básicas. Criando-se uma identidade dá-se uma coesão ao povo que habita um território e quanto mais natural essa coesão parecer, mais estável ela será. Esse fator se mostra útil na gestão e manutenção do território, uma das grandes preocupações do Estado. A identidade, elemento que, segundo Soja, compõe a territorialidade, sendo a última um fenômeno comportamental, se mostra como ferramenta útil para o Estado na gestão do território.

## **8. O poder**

Aqui apresentamos o motivo pelo qual a obra “Por uma Geografia do poder” foi escolhida como espinha dorsal desta pesquisa. Contudo, antes de introduzir esse conceito ao raciocínio que estamos construindo cabe aqui retomarmos alguns pontos já apresentados que julgamos importantes para a continuidade desta construção.

Segundo Raffestin, o território se forma a partir do espaço, quando este é apropriado por um ator dotado de uma intencionalidade que aplica sobre o ele energia e informação. Logo, O território é um espaço que foi apropriado por

alguem com um determinado propósito, este último orientado por uma ideologia.

Se esse ator for o Estado, como coloca Hobsbawm, tais ideologias ou idéias buscam implantar na população uma identidade com a nação a qual pertence, buscando parecer natural, imanente do ser que habita o território gerido por esse Estado, justamente para facilitar tal gestão.

A territorialidade, segundo Soja, é um fenômeno comportamental que se associa com a organização do espaço. Ela é formada por três elementos: Senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. Ela abrange o conjunto de relações do espaço com a população que o habita e exprime as particularidades que cada território apresenta, pois as combinações variam de lugar para lugar.

Logo, os três autores e os conceitos colocados por eles apresentam a possível relação: A identidade local é utilizada como ferramenta por parte do ator-criador do território na manutenção e gestão do mesmo. Isso se dá através da difusão de uma ideologia criada por uma elite intelectual, que, sem o exercício do raciocínio, parece natural, imanente das relações entre a população e seu território, logo, naturalmente presente na territorialidade local.

Contudo, Hobsbawm lembra que a identidade local, no caso, por estar tratando o Estado como o criador e gestor do território, a identidade nacional, não é única, ela convive e se combina com outras identidades.

(...) Não Podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional exclui ou é sempre superior ao restante de conjunto de identificações que constituem o ser local. Na verdade a identificação local é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras.

(Hobsbawm, 1998:20)

Diferentes identidades se mostram presentes em um mesmo território, ou ainda, diferentes identidades territoriais podem corresponder ao mesmo território. Nos permitimos fazer essa afirmação alterando um elemento da “formula” até aqui apresentada com base nos autores citados e no raciocínio construído: o ator.

Alterando-se o ator altera-se a intenção do mesmo para com o espaço, a informação e a energia aplicados pelo mesmo, a ideologia e a identidade local criadas para gerir o mesmo, temos, resumindo, diferentes territórios possíveis, frutos de um mesmo espaço.

Aqui entra a idéia de poder de Raffestin, mais ainda, a distinção entre “Poder” e “poder” feita pelo autor. Quando Hobsbawm fala de Estado e identidade nacional temos o ator “Poder” de Raffestin, em outras identidades territoriais temos o ator “poder” que pode inclusive ser mais de um.

### **8.1 Distinção entre “Poder” e “poder”**

Desde os tempos da Geografia clássica o poder esta presente no discurso da geografia política. Ratzel já se utilizava desse conceito em sua obra, porém, este autor considerava o poder como sendo o Estado, ele não realizava distinção entre esses dois conceitos.

O pioneirismo de Raffestin foi realizar a distinção entre “Poder” e “poder”, associando o primeiro ao Estado, logo, abrindo todo um caminho para a discussão do segundo.

O Poder com uma letra maiúscula postula, “como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais”. (...) Pretender que o poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. Este último “nasceu muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. (...) A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”. Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que cercam o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável”.

(Raffestin, 1993:51-2)

O “poder”, então, precede a existência do Estado, e por conseqüência, do “Poder”. Segundo Raffestin, o poder se estabelece em qualquer relação do dia-a-dia, já que, os diferentes indivíduos exercem poderes diferentes, as

diferentes forças de que estes parceiros dispõem determinam um campo de poder.

Como toda relação é o ponto de surgimento do poder ele é, portanto, multidimensional. Além disso, ele é intencional e dissimétrico, pois, todo indivíduo é dotado de uma intencionalidade que se exprime nas suas relações e o poder de que cada ser é dotado é diferente.

## **9. Conclusões**

A partir do raciocínio até aqui construído retomaremos agora as conclusões as quais chegamos. Vale ressaltar que esta pesquisa não se encontra terminada, logo, tratam-se de conclusões parciais que podem ser mudadas, ou ao menos, incrementadas futuramente.

A identidade territorial, a qual todo indivíduo possui, não é um produto da territorialidade vivida, mas sim, um fator de sua formação. Ela é implantada no imaginário da população através da difusão de “ideologias oficiais” que são criadas por uma elite pensante e transferidas para o resto da população com o intuito de facilitar a gestão do território, população e recursos.

O sucesso na implantação de tais ideologias é medido pela naturalidade com que as suas idéias são encaradas pela população, quanto mais natural a identidade local parecer, melhor ela foi implantada.

A identificação local não é a única possível de existir no imaginário de uma população, ela convive e se combina com outras identificações. Mais do que diferentes identidades presentes em um mesmo território, diferentes identidades territoriais podem corresponder ao mesmo território, conforme muda o ator-apropriador. Se esse ator for o Estado, estamos considerando o “Poder” com letra maiúscula, se for qualquer outro agente, “poder” com letra minúscula.

## **10. Bibliografia**

- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SOJA, Edward W. *The political organization of space*. Commission of College Geography. Resource paper N. 8. Washington, D.C., 1971.

- CONVERSE, Philip E. Os Sistemas de Crenças. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). *Política & sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. New York: Verso, 1983.
- PRETTE, Almir Del; PRETTE, Zilda A. P. Del. Psicologia em Revista. Belo Horizonte, v. 9, n 13, p. 125-136, 2003.
- REIS, Fabio Wanderley. *Mercado e utopia*. São Paulo: Ed. Edusp, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p.166-176.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. *Território e identidade*. In: Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS v. 1, n 6, ano 4, Novembro de 2007.